

Crescimento ou Desenvolvimento?

Um Enfoque no Estudo Organizacional

Dr. Fernando Batista Bandeira da Fontoura

Professor do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação e do Programa de
Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional– Unisc

Me. Tiago Franquini Scarano

Professor do Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação - Unisc

Resumo

Crescimento estima-se a partir de variáveis quantitativas-positivistas baseadas no lucro, acumulação rígida de capital, PIB e participação de mercado, princípios característicos da era industrial com base na Administração Científica sob o predomínio dos conceitos do taylorismo e fordismo. Enquanto desenvolvimento relaciona-se à emergência de conceitos baseados em alternativas vinculadas a variáveis sistêmicas e qualitativas associadas à flexibilização do trabalho, à gestão socioambiental e às particularidades territoriais heterogêneas características da era pós-industrial. Essas constituem-se como opções em formas de ver o mundo a partir de enfoques, sejam estes econômicos, sociais, ambientais, históricos e culturais. O método utilizado correspondeu às finalidades de descrição e argumentação com avanços na direção de uma interpretação do tema estudado, que envolveu abordagens díspares entre crescimento e desenvolvimento em processos interpretativos de diferentes correntes do pensamento. As análises propostas se justificam pela tensão precípua entre o modelo competitivo global, ainda com predomínio da acumulação rígida, que se contrapõe aos modelos emergentes com foco na sustentabilidade em suas múltiplas faces. As conclusões revelam a predisposição de mudança de paradigma, que migra do modelo de crescimento econômico de características positivistas, para estruturas flexíveis com base no desenvolvimento organizacional territorial e regional voltado à inovação e desenvolvimento econômico e socioambiental.

Palavras-chave: Crescimento; Desenvolvimento; Organizações.

Abstract

Growth is estimated from quantitative-positivist variables based on profit, rigid accumulation of capital, GDP and market share, characteristic principles of the industrial age based on the Scientific Administration under the predominance of the concepts of Taylorism and Fordism. While development is related to the emergence of concepts based on alternatives linked to systemic and qualitative variables associated with work flexibility, socio-environmental management and heterogeneous territorial features characteristic of the post-industrial era. These constitute options in ways of seeing the world from approaches, be they economic, social, environmental, historical and cultural. The method used corresponded to the purposes of description and argumentation with advances towards an interpretation of the subject studied, which involved disparate approaches between growth and development in interpretive processes of different currents of thought. The proposed analyzes are justified by the prevailing tension between the global competitive model, still with a predominance of rigid accumulation, which is in opposition to the emerging models focusing on sustainability in their multiple faces. The conclusions reveal the predisposition of paradigm shift, which migrates from the economic growth model of positivist characteristics, to flexible structures based on territorial and regional organizational development focused on innovation and socio-environmental and economic development.

Keywords: Growth; Development; Organizations.

Introdução

Crescimento e desenvolvimento das organizações constituem-se em temas conceitualmente tratados de forma diferente nas ciências sociais e aplicadas. Nesta senda, as organizações não se constituem como sendo o único fator do desenvolvimento regional, pois este associa-se a complexos elementos e especificidades da sociedade, sejam estes culturais, políticos, econômicos, sociais, históricos ou ambientais. (SANTOS, 1982; LENCIONI, 1999).

A evolução não apenas se realiza a mercê dos paradigmas de crescimento, mas alinhado ao desenvolvimento em sua forma sistêmica como alternativa às tensões entre o global e o regional e às suas múltiplas complexidades além da capacidade de organização de um território ou região (BECKER e WITTMANN, 2003). Infere-se que o crescimento é medido por variáveis positivistas-quantitativas, como PIB, volume de produção e renda

gerados em um território ou região em determinado período. Contudo, a partir das novas concepções de sustentabilidade, o crescimento econômico deve vir acompanhado pelo desenvolvimento que inclui múltiplas esferas além do econômico, como fatores sociais, culturais, políticos, históricos e ambientais como razões da sustentabilidade de gerações futuras. Souza (2007) indica que maiores níveis de renda não necessariamente impliquem em desenvolvimento, pois outras variáveis circunstanciais devem ser objeto de investigação, como mortalidade infantil, liberdades políticas e qualidade de vida. Oliveira vem a este encontro quando indica:

o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social [...] para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (2002, p.40).

Surgem questões, tais como: de que forma as organizações se desenvolvem no cenário econômico global? Como estas se organizam e enfrentam crises e mudanças frente a novos paradigmas? As teorias e epistemologias influenciam a sociedade e as organizações? Qual o papel das organizações e como estas induzem o desenvolvimento? Podem surgir novos modelos organizacionais com inferências no desenvolvimento? Há sustentabilidade socioambiental em políticas unidimensionais voltadas para o aumento do consumo e acumulação de capital?

Com base nestes questionamentos delimita-se o problema de pesquisa alinhado a inquietações questionadas na literatura internacional por Harvey (1992) sobre a emergente possibilidade de uma sociedade pós-industrial ou pós-capitalista: *como abordar a temática crescimento e desenvolvimento no ambiente das organizações?* Esta questão nos traz a reflexão de que o desenvolvimento não é apenas fruto do crescimento econômico, como há muito tempo tem-se difundido, em especial, nas ciências sociais aplicadas, mas também no conceito do desenvolvimento regional endógeno e territorial¹, baseado, não apenas no econômico, mas também na sustentabilidade ambiental, social, histórica e cultural.

Hart e Nielsen (2004) apontam para a importância da sustentabilidade econômica associada a estratégias emergentes que geram valor ao moverem-se para um mundo complexo. De acordo com a Comissão de Brundtland desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras

¹ Barqueiro (1999), na obra desenvolvimento endógeno em tempos de globalização, contribui para essa discussão, trazendo uma visão de desenvolvimento voltado para os arranjos regionais, ampliando conceitos de Schumpeter (1982). Lencione (1999), vinculada a geografia crítica, também traz relevante contribuição para esta temática, no sentido territorial e social.

de satisfazerem suas próprias necessidades. Igualmente, Elkington (1998) também afirma que ações de sustentabilidade contribuem para o desenvolvimento ao gerarem benefícios econômicos, sociais e ambientais conhecidos como os três pilares do desenvolvimento.

Entende-se o desenvolvimento das organizações como um processo dialógico entre arranjos territoriais e regionais associados aos ambientes social e ambiental com o contexto globalizado baseado no modelo hegemônico de acumulação do capital. No que se refere ao contexto histórico do desenvolvimento organizacional, analisa-se três períodos históricos. Primeiramente, os artífices que se caracterizaram pela propriedade dos meios de produção, seguido pelo modelo taylorista/fordista e, por fim, a emergência dos modelos organizacionais socializados e alinhados à visão sistêmica do desenvolvimento em suas multidimensionalidades. (FONTOURA, 2019; FONTOURA E WITTMANN, 2016; FONTOURA E TENÓRIO, 2020).

Os paradigmas emergentes do desenvolvimento das organizações se constituem como contrapartida à tensão do modelo concorrencial de competitividade global voltado linearmente para a acumulação rígida do capital e consumo desenfreado, especialmente no que se refere ao conceito de produção taylorista/fordista de produção, como um modelo econômico e de estilo de vida (HARVEY, 1992). Essa discussão nos remete a possibilidades de desenvolvimento no qual as organizações contribuem de forma significativa para a economia regional através da gestão social (TENÓRIO, 2004) alinhadas a formas organizacionais emergentes (HARVEY, 1992 e BARQUEIRO, 2001), a exemplo da empresa social (YUNUS, 2008) voltada aos princípios do desenvolvimento imbuído pelas especificidades territoriais e conceitos pós-industriais.

Para o paradigma do desenvolvimento organizacional, optou-se pelo termo pós-industrial, visto que muitos termos são usados pelos autores como: pós-fordista, neofordista ou, no sentido mais amplo, pós-capitalista ou sociedade do conhecimento (HARVEY, 1992; BELL, 1977; TOFFLER, 1995; TENÓRIO, 2007). O método utilizado correspondeu às finalidades de descrição e argumentação com avanços na direção de uma interpretação do tema estudado envolvendo abordagens díspares entre crescimento e desenvolvimento em um processo interpretativo de diferentes correntes do pensamento.

As conclusões inferem uma tendência de mudança de paradigma, que migra do crescimento econômico e da industrialização sob o prisma positivista, para modelos flexibilizados e colegiados. Esses últimos baseados em teorias organizacionais de múltiplas perspectivas alinhadas a um desenvolvimento territorial e regional sustentável em

consonância às teorias organizacionais emergentes voltadas à inovação com base no tripé: econômico - ambiental – social.

Crescimento ou desenvolvimento?

O entendimento dos economistas, que influenciou as teorias, sob a ótica do crescimento econômico, se confunde com a temática do desenvolvimento na perspectiva regional.² Schumpeter (1982) rompeu com o paradigma³ do crescimento econômico associando-o à visão da inovação e da disseminação do conhecimento, que deu início à visão do desenvolvimento como viés embrionário do desenvolvimento regional⁴. Contudo, segundo Harvey (1992), o capitalismo, nos seus pressupostos, ainda é orientado para o crescimento baseado na variável da rentabilidade, visto que, através do crescimento econômico, as taxas de lucro e a sustentabilidade da acumulação do capital são mantidas e que o crescimento, sem estar associado à visão do desenvolvimento territorial sustentável nas suas múltiplas esferas: econômicas – sociais – ambientais - culturais - históricas, não prima pela sustentabilidade.

As teorias tradicionais em gestão e as dinâmicas dos processos organizacionais ainda estão atreladas a conceitos de crescimento, a exemplo do aumento de faturamento e resultados financeiros excluídos de uma análise multidimensional em todas as suas externalidades. Esta visão, em detrimento do desenvolvimento em sua forma sistêmica, ocasiona um isomorfismo institucional baseado no tripé: eficiência - controle - eficácia em uma visão unidimensional de características positivistas. (DI MAGGIO e POWELL, 2005).

Segundo Tenório:

por teoria tradicional, os frankfurtianos entendem todo conhecimento positivista, onisciente, que procura estabelecer princípios gerais, enfatizar o empirismo e a verificação e identificar proposições gerais para submetê-las à prova. Visa ao conhecimento puro, antes que à transformação social. Trabalha os fatos sociais como fatos quase neutros, análogos às ciências naturais. Tal percepção fetichiza os fatos, já que os "transforma em uma categoria coisificada e, por isso, ideológica", sem consciência dos determinantes da realidade (HORKHEIMER, 1974, p. 129).

² A visão de desenvolvimento de autores clássicos como Ricardo, (182), Malthus, (182), Smith, (1996), defendem o desenvolvimento econômico vinculado apenas a questões meramente econômicas o que atualmente á luz da ciência do desenvolvimento regional denomina-se 'crescimento econômico' e não 'desenvolvimento'.

³ Khun (2005) esclarece a visão dos paradigmas, enfatizando a dificuldade dos cientistas de reconhecer novas visões de mundo pelo rompimento de conceitos e teorias pré-existentes, dificultando a transição entre teorias remanescentes.

⁴ Alguns autores ainda usam o termo local, sendo que para esse ensaio o termo utilizado é o regional, trazendo a questão da autonomia do território nas formações sociais e nos arranjos de uma região. Como sinônimo de local prefere-se utilizar o termo arranjos territoriais.

Portanto, ao serem isolados, os fatos sociais podem ser delimitados e quantificados, mas ao mesmo tempo são reificados. (TENÓRIO,1998 p. 09)

Ao definir elementos conceituais, para contrapor a visão do crescimento ao desenvolvimento organizacional, Tenório (1998) traz uma contribuição no sentido epistemológico de apresentar teses centrais para o pensamento crítico nos estudos organizacionais:

teorias críticas têm posição especial como guias para a ação humana, visto que: a) elas visam produzir esclarecimento entre os agentes que as defendem, isto é, capacitando esses agentes a estipular quais são os seus verdadeiros interesses; b) elas são inerentemente emancipatórias, isto é, elas libertam os agentes de um tipo de coerção que é, pelo menos parcialmente, auto-imposta, a auto-frustração da ação humana consciente. 2. Teorias críticas têm conteúdo cognitivo, isto é, são formas de conhecimento. 3. Teorias críticas diferem epistemologicamente das teorias em ciências naturais, de maneira essencial. As teorias em ciência natural são 'objetificantes'; as teorias críticas são 'reflexivas'" (Geuss, 1988, p.8).

Para descrição do referencial teórico crítico, um elemento importante, a ser observado, é que a literatura em gestão empresarial é focada na descrição e busca de métodos para o sucesso do mercado como se fosse o único elemento com base na unidimensionalidade. Este posicionamento leva a uma postura do pesquisador voltada para casos selecionados e para uma produção descrita por Dimaggio e Powel (2005) como isomórfica.

Estes argumentos são análogos à teoria do desenvolvimento organizacional (DO) que, no seu histórico, apresenta estudos sobre inovação, mudança e gestão de pessoas para melhoria de resultados, contudo não contempla a complexidade socioambiental dos estudos e das práticas organizacionais. Boltanski e Chiapello contribuem para esta análise ao mencionarem:

é muitas vezes na descrição estatística da realidade que se apoiam as visões positivistas desta constatação. A descrição da mudança assentaria numa ilusão que consiste em tomar a parte pelo todo e extrapolar a partir de casos intencionalmente selecionados e não representativos para impor a visão de um futuro que não é em nada confirmado por um estudo empírico sério da realidade presente. (2009 p. 88):

O estudo alinhado à crítica realizada por Boltanski e Chiapello (2009) parte de conceitos que as organizações não são espaços unicamente destinados à acumulação rígida do capital. Os estudos organizacionais devem ser desenvolvidos considerando toda a complexidade e as relações das empresas como espaços interativos e alertam que as práticas organizacionais são muitas vezes ingênuas por pregarem recortes unidimensionais (RAMOS, 1989 e MARCUSE,1973). Em termos de comparação apresentam-se no Quadro 01 características díspares entre os entendimentos de crescimento e desenvolvimento.

VISÃO DO CRESCIMENTO	VISÃO DO DESENVOLVIMENTO
➤ Foco de mercado	➤ Foco socioambiental
➤ Racionalidade instrumental	➤ Racionalidade substantiva
➤ Gestão hierárquica	➤ Gestão deliberativa e flexível
➤ Epistemologia positivista	➤ Epistemologia crítico-sistêmica
➤ Crescimento econômico	➤ Desenvolvimento multidimensional

Quadro 01: Visões entre crescimento e desenvolvimento

BARQUERO (2001) traz à discussão o desenvolvimento regional e organizacional ao tratar sobre o desenvolvimento endógeno originado a partir de potencialidades do território frente a ambientes concorrenciais emergentes:

o desenvolvimento endógeno é uma interpretação que permite explicar os processos de acumulação de capital e identificar os mecanismos que contribuem para o aumento da produtividade e competitividade de cidades e regiões. É uma interpretação voltada para ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante a política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados. O desenvolvimento de formas alternativas de gestão econômica, através das organizações intermediárias, e a criação de associações e redes públicas e privadas possibilitam que as cidades e regiões otimizem suas vantagens competitivas e sejam incentivadoras do desenvolvimento econômico. (BARQUERO 2001, p.33)

Segundo BENKO (1999), os primeiros trabalhos, que estudaram a influência das organizações no desenvolvimento regional não apenas voltados para o crescimento, apareceram após a década de 1970 envolvendo operações e inovação de arranjos voltados ao território entendido como uma totalidade. Segundo LENCIONI (1999), totalidade não mais orgânica ou lógica nem uma totalidade harmônica e sim uma totalidade histórica, entendida, segundo Santos (1982), à luz da concepção da formação econômico-social ou socioespacial.

Organizações e desenvolvimento: do estágio pré-industrial ao pós-industrial

As organizações, em suas origens, tiveram forte influência na formação socioespacial e nos arranjos territoriais baseados inicialmente em organizações artesanais, a exemplo de ferrarias, sapatarias, alfaiatarias de características rudimentares nas quais o artífice era o

proprietário dos meios de produção e carente de processos pré-planejados, período esse denominado de pré-industrial.

Após o estágio artesanal, surgiram as organizações manufatureiras que implementaram linhas de produção visando o aumento da produtividade pela produção em série baseada no tripé: planejamento - burocracia - controle, na qual os processos eram orientados para determinadas especificidades de diferentes contextos de mercados e produtos. Segundo Harvey:

a tecnologia de linha de montagem para produção seriada, implantada em muitos pontos nos Estados Unidos, tinha um desenvolvimento muito fraco na Europa antes da metade dos anos 30. A indústria de automóvel europeia, com exceção da fábrica da Fiat em Turim, permanecia em sua maior parte uma indústria artesanal de alta habilidade, (embora organizada corporativamente), produzindo carros de luxo para consumidores de elite, sendo apenas ligeiramente influenciada pelos procedimentos de linha de montagem na produção em massa de modelos mais baratos antes da segunda guerra mundial. (1992, p.124)⁶

A Administração Científica, ícone do período industrial, insere-se nas estruturas corporativas, sob o ‘guarda chuva’ da matriz positivista voltada à divisão e especialização do trabalho, tornou-se o marco da racionalidade burocrática (HARVEY, 1992 e SHUMPETER, 1982). Esta teoria deu sequência ao modelo cartesiano dos séculos VII e VIII fundamentado pela racionalidade e divisão das partes, que também foi ápice do modelo de organização da sociedade na formação de pessoas especializadas em busca de um determinismo factual.

As diferentes facetas das atividades sociais, como médico, dentista, advogado, administrador, contador, além das divisões do ambiente organizacional no local de trabalho, incluindo as áreas básicas da Administração: Marketing, Produção, Materiais, Finanças, Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Produtos, basearam suas estratégias em feudos com objetivos de alcançar a racionalidade corporativa burocrática (HARVEY, 1992). MARX, em sua obra ‘O capital: crítica da economia política’, faz a seguinte afirmação relativo ao impulso da manufatura e da divisão do trabalho:

a divisão do trabalho ganha impulso com a manufatura a qual explora todas as suas particularidades e que a origem da manufatura e sua formação, a partir do artesanato, precisava de várias profissões diferentes para produzir uma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de profissionais do mesmo tipo e divide o trabalho deles em várias operações particulares que serão desempenhadas por trabalhadores específicos. Mas qualquer que seja seu ponto particular de partida, sua figura final é a mesma, um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos. Não importa se a execução da manufatura é composta ou simples, continua dependendo da habilidade manual dos trabalhadores. (1974, p.278)

⁶ O texto tem ligação com a escola do posicionamento, defendida por Porter (1986).

O modelo de produção, vinculado à teoria da Administração Científica, proporcionou a emergência de novos mercados a partir da produção em série que evidenciou empresas de manufatura baseadas no modelo de produção e consumo em massa. HARVEY (1992), menciona o ano de 1914 como data inicial simbólica, quando Henry Ford introduziu o dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores na linha automática de montagem, enquanto Tenório (2007) destaca o fordismo entre 1900 e 1985 como forma de organização hegemônica da produção.

Com o domínio taylorista/fordista⁷, baseados nos pressupostos da Administração Científica, os estudos organizacionais e do desenvolvimento se afastaram dos aspectos territoriais, baseando-se, esses, no processo de acumulação e consumo em massa. Segundo Tenório:

a ação racional com relação a fins tem merecido, principalmente a partir do Taylorismo/Fordismo, uma busca constante de paradigmas que justifiquem o agir instrumental dentro dos sistemas sociais formalmente organizados. Essa procura, no entanto, não tem permitido que os agentes do processo, administradores e administrados, desenvolvam suas funções de forma emancipadora. (TENÓRIO, 2004, p.31).

Nos anos 1980 ganha força a denominada Escola do Posicionamento (PORTER, 1986) amplamente discutida no meio acadêmico e disseminada nas organizações com foco na estratégia e competitividade. Nesta escola, a competitividade das organizações estaria baseada no posicionamento destas em relação ao ambiente concorrencial com uma leitura econômica e mercadológica.

A escola do posicionamento parte da premissa que, se uma empresa não focar em um posicionamento e deliberar sua gestão e planejamento em função destas premissas, poderá ter fragilidades quanto ao seu desenvolvimento. Para Porter (1986) a estratégia é um assunto amplo, entendida como uma análise da concorrência e um posicionamento, ou seja, como um plano, um padrão de comportamento na perspectiva de mercado (MINTZBERG, AHLSTRAND E LAMPEL, 2000) ou alinhada à competitividade duradoura (FERRAZ, KUPFER e HAGUENAUER, 1997).

⁷ Harvey (1992) é esclarecedor ao apresentar o modelo taylorista, “estudos de tempos e movimentos”, aliado ao modelo de produção fordista, que pode ser entendido também como um modelo econômico, um estilo de vida baseado na acumulação de lucros, customização em massa e consumo. Mais tarde após os primeiros sinais de crise este modelo também aliou-se ao keinezianismo.

Tenório (2004 p.61) explica que o fordismo pode ser estudado como um modelo de organização da produção ou como sistema de acumulação de capital.

Tenório(1996) contrapõe a escola do posicionamento ao apresentar a gestão social com foco na flexibilização organizacional e do trabalho.

Nesta escola, Porter (1986), além das cinco forças, defende a existência de três estratégias competitivas: liderança em custos - diferenciação – enfoque. As três estratégias definem que uma empresa tem que se posicionar no mercado concorrencial, sendo a liderança em custos, diferenciação ou enfoque um diferencial estratégico competitivo de mercado. Pode-se ler que a estratégia de liderança em custos estaria intimamente alinhada ao modelo de acumulação taylorista/fordista, pois aposta na produção massificada e na redução dos custos totais visando a competição de mercado.

A estratégia de diferenciação baseia-se na customização influenciando em diferenciais e aumentos nos preços. No posicionamento de enfoque a empresa investiria em “nichos” de mercado, quando produtos podem estar associados a ambientes flexíveis de produção com a inclusão da diferenciação para diferentes mercados em contraponto à produção em série (TENÓRIO, 2005) contribuindo para uma especificidade regional. Segundo Harvey (1992) e Tenório (2005) a empresa que busca diferenciação pode estar em um processo de flexibilização com investimentos em pesquisa e desenvolvimento, disseminação de tecnologia e não apenas no capital fixo.

Ferraz, Kupfer e Haguenaer, relativo à competitividade e estratégia, esses as relacionam com a eficiência técnica as características de desempenho da empresa, tendo como indicador a participação no mercado - *market-share* - definindo a competitividade associada ao espaço e tempo a medida em que a mesma passa a ser considerada como “a capacidade de formular e implementar estratégias concorrenciais, que permitam à empresa ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado.”⁸ (1997, p.1).

Atualmente observa-se que a estratégia organizacional deve ser vista num sentido ampliado. Esta não deve mais estar focada somente na participação de mercado e na estratégia de flexibilização e customização e, em especial, no modelo de produção em massa defendida pelo taylorismo/fordismo, mas alicerçar-se em fatores contextuais inter-relacionados e dinâmicos. Wittmann, Lubeck, e Nelsis, relacionam a estratégia a interações entre empresa e ambiente, sendo que essa consiste:

na intensiva troca que ocorre na interação empresa-ambiente fazendo com que o conhecimento gerado, seja considerado um insumo que abastece a elaboração das estratégias organizacionais. O mesmo também serve como referência para que o

⁸ A competitividade empresarial já não está somente atrelada a questões de mercado, participação de mercado. Mas na visão de longo prazo a empresa tem que pensar em todas as possibilidades de desenvolvimento e na região em que está inserida. Essa visão está alinhada também a escola do posicionamento defendida por PORTER, 1986.

O termo sustentável, foi utilizado de forma dialética, não se trata de sustentabilidade ambiental, mas representa uma série de questões, inclusive ambientais dentro de uma visão social e territorial.

meio também se atualize e se modifique promovendo mudanças para que o fluxo de vida dos sistemas econômicos siga se transformando e evoluindo num ciclo contínuo e ininterrupto de mudança a partir de novos construtos organizacionais. (2013 p.132).

Tenório identifica aspectos conceituais para conter as contradições inerentes à acumulação rígida do capital e à visão do crescimento, ou seja, o “contrapondo ao Fordismo, que surgiu a partir dos anos de 1980 como uma nova trajetória tecnológica de flexibilidade organizacional pós-fordista denominada de acumulação flexível” (TENÓRIO, 2004, p.62). Segundo Harvey na acumulação rígida do capital:

havia problemas de rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo, em sistemas de produção em massa, que impediam muito a flexibilidade e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho. (1992 p. 135).

BENKO (1999) traz a análise de que o modelo de organização industrial hegemônico, baseado no taylorismo/fordismo com foco no aumento da lucratividade e na acumulação do capital, dificultava as políticas coerentes ao desenvolvimento regional sustentável, trabalhando unicamente o crescimento econômico. O outro posicionamento apresentado por Tenório (1998) traz a discussão da incompletude epistemológica da gestão estratégica e da predominância da escola do posicionamento para explicar a complexidade das dinâmicas organizacionais em uma perspectiva pós-industrial.

Estas afirmações evidenciam os problemas colaterais de uma visão baseada unicamente em variáveis adstritas ao crescimento econômico. As organizações fundamentadas unicamente no acúmulo do capital e em cálculos de custos desde o projeto de localização até o planejamento geral de suas atividades empresariais dificultam processos flexíveis e complexos. HARVEY destaca:

a acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um contraponto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápida mudança dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços.’.(1992 p. 140).

Para TENÓRIO (2004), as organizações passaram a atuar em função das demandas diversificadas, relativizando a especialização excessiva do trabalhador para qualificação

versátil, multifuncional e da gestão tecno-burocrática para um gerenciamento colaborativo. Para ETGES (2005), no período da acumulação flexível, a divisão internacional do trabalho adquire novos contornos evidenciados pelos investimentos em grandes complexos produtivos nos ‘melhores territórios’ como uma utilização do território de forma verticalizada. Contudo, o processo de globalização e a crise no sistema taylorista/fordista trouxe a necessidade da sociedade buscar novas alternativas do desenvolvimento voltado a ambientes de sustentabilidade socioambientais.

A partir do surgimento de organizações pós-fordistas ou pós-industriais, surge a necessidade de uma revisão ampla nos modelos positivistas de gestão e desenvolvimento organizacional, sendo o desenvolvimento endógeno a abordagem da gestão territorial das organizações como alternativa em uma abordagem reflexiva crítica.

A guisa de uma conclusão

Este ensaio teve por objetivo abordar a temática que envolve dicotomias entre crescimento e desenvolvimento com reflexos nas organizações. A evolução organizacional, desde a Administração Científica, alinou-se, até meados dos anos de 1950, ao modelo de acumulação de capital taylorista/fordista. Esse período foi caracterizado como uma forma de organização baseada na produção e consumo em massa com resultados financeiros sob o ‘guarda-chuva’ da matriz positivista como ideologia com ‘espelho’ no tripé: planejamento – burocracia – controle. Segundo Irigaray, Cunha e Harten, estes modelos refletem ideologias, pois “nas organizações, segundo a análise crítica do discurso, as ideologias estão implícitas na produção e na interpretação dos discursos, o que leva os sujeitos a reproduzir ideologias” (2016, p. 923), que reforçam o modelo de acumulação.

Percebe-se nos estudos, que abordam as teorias organizacionais, uma série de contramovimentos. As tensões proporcionadas pelo modelo taylorista e fordista nas teorias organizacionais se contrapõem à teoria sistêmica e da complexidade (WITTMANN, 2008), à gestão social (TENÓRIO, 1998; TENÓRIO, 2004; TENÓRIO 2007; TENÓRIO, finalmente, à empresa social defendida por Yunus (2008). Movimentos que se contrapõem à visão economicista do crescimento organizacional alinhada à Escola do Posicionamento defendida por Porter com base em ambientes competitivos (1986).

Percebe-se, à luz das bibliografias estudadas, que o modelo de acumulação taylorista/fordista, sem querer traçar datas na linha do tempo, está em declínio, considerando que questões de sustentabilidade socioambientais tornam-se mais presentes. Autores

vinculados à gestão ambiental e social estão alertando em relação a necessidade de haver preocupações e mudanças com o consumo desenfreado ainda com base na produção em massa. Entretanto, as teorias organizacionais, embora com seus avanços, pouco incrementaram no sentido de proposições para a construção de uma contraproposta ao modelo de acumulação ainda predominantemente alicerçadas no positivismo, na burocracia e na busca em demasia a modelos generalizadores não estão associados a valores sociais que ainda são embrionários frente às mudanças que a sociedade necessita para alcançar a sustentabilidade em suas diferentes dimensões. Becker (2001) alerta sobre a necessidade de busca de novas teorias e métodos diante da incapacidade dos modelos positivistas explicarem as realidades sociais, principalmente através da dialética construtiva.

Este ensaio buscou trazer reflexões e alertas para mais perguntas e menos respostas prontas imbuídas de testes e hipóteses. Ele advém de um viés alternativo da organização neofordista dentro da linha de pensamento de múltiplas possibilidades. Acrescenta-se a evolução do pensamento administrativo e a empresa social, talvez como um modelo paradigmático de contraponto entre o fordismo e o neofordismo (para não dizer pós-industrial), o global, o territorial e o regional dentro do pensamento que a ruptura total com o fordismo ainda não seja totalmente visível.

As limitações prendem-se por não abordar todas as teorias dos estudos organizacionais, como por exemplo, o pensamento complexo, a autopoiese e a regulação citadas por Harvey (1992). Como o objetivo foi a reflexão ao invés de respostas, pode-se continuar contrapondo e pensando possibilidades, a exemplo de questões norteadoras para novos estudos: seria a empresa social uma das principais alternativas para a tensão, entre o global e o regional? Quais seriam os novos estudos organizacionais necessários para vincular a teoria organizacional com a ciência do desenvolvimento? É possível as organizações avançarem para uma estrutura pós-industrial sócio-sustentável?

Novas tendências para transposição da crise do sistema predominante taylorista/fordista são evidentes bem como a necessidade de revisão do pensamento administrativo, que se alinha a um amplo debate sobre alternativas organizacionais numa perspectiva sistêmica para o desenvolvimento. Para Barros e Dainezi (2014), o elemento central de toda infraestrutura, seja na sociedade da pedra lascada ou na sociedade pós-industrial, é o que o marxismo chama de processo de produção. Em outras palavras, o que verdadeiramente explica o direito, a moral, a religião, a educação, a filosofia e qualquer estereótipo da sociedade é a maneira como ela produz bens materiais em busca da realização do homem como ser humano.

Encerra-se este artigo citando Guerreiro Ramos (1989) que aprofunda estes conceitos através de seus comentários críticos alicerçados na escola de Frankfurt no sentido de que o processo histórico não estaria somente alicerçado nos processos de produção e sim na psique humana e na capacidade de formulação de construtos regionais. Neste sentido a teoria do desenvolvimento organizacional multidimensional alinhado à teoria crítica apresenta-se como um desafio para os estudos organizacionais.

Referências bibliográficas

BARQUERO, Vázquez. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação da Economia e Estatística, 2001. 280 páginas.

BARROS FI, Clóvis de; DAINEZI Fernandes G. *Devaneios sobre a atualidade do capital*. Porto Alegre, editora Sanskrito, 2014 125p.

BECKER, Dinizar F. et WITTMAN, Milton L. (Orgs.). *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

BECKER, Dinizar. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo: em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, V 06, p. 07 a 46, set-dez 2001.

BENKO, Georges. *A ciência regional*. Oeiras: Celta, 1999.

BELL, Daniel. *Las contradicciones culturales del capitalismo*. Alianza, Madrid, 1977, 264 p.

BOLTANSKI, Luck; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DIMAGGIO J. Paul, POWELL W. Stanford. A gaiola de ferro revisitada: Isomorfismo institucional e a racionalidade coletiva nos campos organizacionais. Rio de Janeiro: *RAE*, vol 45, número 02 abril/junho 2005.

ELKINGTON, JOHN. *Cannibals wiith forks: the triple bottom line of twenty-first century busines*. Capstone: Oxford, 1998.

ETGES, Virgínia E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. Santa Cruz do Sul: *Redes*, vol. 10, 2005

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; e HAGUENAUER, L. *Made in Brazil: desafios competitivos para a Indústria*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DA FONTOURA, Fernando. B. B; TENÓRIO, F. G. Desenvolvimento Organizacional Multidimensional: uma perspectiva crítica para os estudos organizacionais. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), v. 25, n. 2, p. 590-609, 2020.

GEUSS, Raymond. *Teoria crítica: Habermas e a escola de Frankfurt*. Campinas: Papirus, 1988.

HART L. Stuart e NIELSEN B. Mark. Criando valor sustentável. *RAE Executivo*, Rio de Janeiro, vol 03, n 02, maio-julho 2004, p. 64-79.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica*. Buenos Aires: Amorrurtu, 1974.

IRIGARAY Hélio R.; CUNHA, Gustavo X.; e HARTEN, Bruno. Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela? *Cadernos EBAPE*, v.14, n. 04, out/dez 2016, p. 920-933.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LENCIONE, Sandra. *Região e geografia: a fenomenologia e o materialismo histórico nos estudos regionais*. São Paulo: Edusp, 1999.

MALTHUS, Thomas, R. *Ensaio sobre população*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1974 5v.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: ZHAR, 1973.

MINTZBERG, Henry; AINSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.

OLIVEIRA, Gilson B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE*. Curitiba, v.5, n.2, maio/ago. 2002.

PORTER, Michael. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro, Campus 1986.

RAMOS, A. Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SANTOS, Milton. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. Volume I. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2007.

TENÓRIO, Guilherme F. *Tecnologia da informação transformando as organizações e o trabalho*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007. 216 p.

_____. *Tem razão a administração? ensaios de teoria organizacional*. Editora Unijuí, 2ª Edição, 2005 136p.

_____. Fernando G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. *Revista de administração pública*, v. 45, n. 4, p. 1141-1172, 2011.

TENÓRIO, Guilherme F.; CANÇADO, Cardoso, A; Pereira, José, R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAP*, vol.9, numero 03, Rio de Janeiro, Setembro 2011.

TENÓRIO, Guilherme Fernando. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Rio de Janeiro, *RAP*, setembro/outubro, 1998.

TOFFLER, Alvin. “*Powershift*”, *as mudanças de poder: um perfil da sociedade do século XXI pela análise das transformações e natureza do poder*. Rio de Janeiro, Record, 1995, p.613.

WITTMANN, Milton L. *Teoria sistêmica e complexidade*. Santa Maria. Editora da UFSM, 2008 p. 190.

WITTMANN, Milton L.; LUBECK, Rafael M.; NELSON, Mesquita, Vinícius. Uma visão não-linear da estratégia pelo prisma da complexidade. *Revista pensamento contemporâneo em administração*. Rio de Janeiro, vol. 07, out-dez, 2013.

YUNUS, Muhammad. *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo;* Com Karl Weber; (tradução Juliana A. Saad e Henrique Amat Rêgo Monteiro). São Paulo: Ática, 2008. 272p.